

A COMPOSIÇÃO DE UM AMBIENTE EDUCACIONAL ÉTICO NA BUSCA DE UMA SOCIEDADE MAIS SÓLIDA.

Mariana Leticia Servelhere de Rezende Francisquetti¹
Ana Lara Casagrande²

Resumo

Falar sobre ética, atualmente, tornou-se prática comum, tendo em vista a sociedade frágil na qual estamos inseridos e que fora moldada, no decorrer dos anos, por seres que se habituaram a falar sobre a temática sem, contudo, necessariamente viver a essência do conceito. Consideramos que a retórica sem ação prática, torna-se vã. Vendo tal problemática, este artigo propõe explorar a indispensabilidade de falar sobre e praticar a ética no ambiente educacional, para termos profissionais capacitados, não somente em teorias das disciplinas nas quais lecionam, mas em atuação cotidiana, tendo clareza de que ser educador vai além de ensinar conteúdos estritamente acadêmico-científicos.

Palavras-chaves: Ética. Prática. Ambiente Educacional.

Abstract

Talking about ethics today has become a common practice in view of the fragile society in which we are inserted and that has been shaped, over the years, by people who have become accustomed to talking about the subject without necessarily living the essence of the concept. We consider that rhetoric without practical action becomes vain. Seeing this problematic, this article proposes to explore the indispensability of talking and practicing ethics in the educational environment, to qualified professional terms, not only in theories of the disciplines in which they teach, but in daily practice, being clear that being an educator goes beyond teaching contents strictly academic-scientific.

Key-words: Ethics. Practice. Educational Environment.

Introdução

Este trabalho resultou da observação da insuficiência de atitudes éticas em nossa sociedade, que se apresenta tão frágil nas mais diversas áreas: política, social e econômica. Pedro (2014) esclarece que a moral está relacionada a um conjunto de valores específicos de uma determinada sociedade, como bem e mal, enquanto a ética está relacionada à fundamentação da moral instituída. Percebe-se que em todos os ambientes, os mais diversificados, fala-se sobre a necessidade da ética, tanto quanto da esperança que a realidade seja melhorada por meio dela. No entanto, em tempos nos quais o ser egocêntrico está em crise consigo mesmo, devido às

1 - Especialista em Psicopedagogia com ênfase na educação infantil, mestranda em Ciências da Educação pela Saint Alcuim Anglican College, Juína/MT, Brasil.

2 - Mestre, Doutora e Pós-doutora em Educação. Professora adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá/MT, Brasil.

mais diversas cobranças de padrões estabelecidos de sucesso, há insatisfação e questionamento por parte dele próprio quanto ao seu percurso e modo de construí-lo, ou seja, há problemas do indivíduo na sua própria aprovação, o que se estende para a sociedade como um todo.

Somos seres sociais, necessitamos da vivência conjunta voltada para o bem da maioria. A perpetuação da espécie humana depende da união e a sua sobrevivência também. Se olharmos no todo, temos as mesmas necessidades básicas e dividimos o mesmo espaço. Em se tratando de começar tal transformação, sem dúvida o seio familiar tem o maior potencial na moldagem do caráter de seus membros, todavia, devido ao olhar individualista e até egoísta, na busca incessante de acompanhar esta sociedade capitalista, a maioria das famílias não está conseguindo alcançar seus objetivos educativos, pela falta de postura e conduta ética que há, de maneira geral, entendendo-a aqui na perspectiva das normas morais consideradas válidas pelos membros do grupo social.

No ambiente educacional, temos o dever de orientar nossos educandos para a vida, tanto na alfabetização, letramento, quanto nos conhecimentos específicos de determinada área de conhecimento, mas também orientá-los quanto aos componentes do comportamento social desejável, tendo em vista que estudamos e somos formados para essa missão, de conduzir a formação cidadã, como determina a Constituição Federal de 1988, na qual se afirma que a educação é um direito de todos e visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, bem como seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988, art. 205).

No estado de Mato Grosso a educação está organizada por ciclos de formação humana, nos quais o processo de ensino-aprendizagem deve respeitar tanto os direitos de aprendizagem, quanto o desenvolvimento humano. Prática educacional essa que é desafiadora, por exigir postura ética e também de desenvolvimento da mesma na sala de aula por parte dos profissionais que, na maioria das vezes, não compreendem o modo como articular os valores éticos e acabam apenas falando sobre o tema, de modo superficial. Entretanto, necessitamos de exemplos nos ambientes escolares para que, por intermédio dos alunos, alcancemos suas famílias e, assim, a comunidade seja conhecedora e praticante da cidadania plena que todos almejamos, permeada por uma conduta ética fortalecida.

Instruir bem e para o bem

Inseridos na era digital, observamos que a velocidade das mudanças é surpreendente e inegável. A tecnologia está em constante aprimoramento e avanço, de maneira que ficamos aquém de conseguir acompanhar. O ser humano recebe a todo o momento grande carga de

informações pelos mais diversos meios de comunicação, o que justifica nos dias atuais os alunos chegarem com informações circulantes, que não necessariamente os formam para uma cidadania plena e comprometida com os valores éticos instituídos socialmente.

Os avanços citados serviriam para nossa evolução e conforto, porém fazem, ao mesmo tempo, que mergulhemos nesse progresso e estejamos fortemente marcados por imprecisões e desafios, como garantir uma educação para todos e que forneça oportunidade de mudança, em uma sociedade verticalizada, na qual há fome e miséria, que no caso do Brasil predominam em algumas regiões. Segundo Brandão (1996), é por meio da educação que acontece a mudança social ou, no mínimo, a adequação das pessoas a esse mundo de constantes mudanças. O papel da educação nesse cenário nos remete à reflexão da atuação educacional, como está sendo mediada, para refletirmos se efetivamente está direcionada para o cumprimento dos objetivos traçados na busca de uma educação para a vida, com qualidade e bem-estar social para todos.

O profissional da educação, que se propôs a ingressar nessa área, deve comprometer-se com a preparação de seres autônomos e dispostos a atuar democraticamente em comunidade, dando continuidade, dentro do ambiente escolar, ao processo educativo iniciado pela família. Um exemplo de atuação ética que deve ser estimulado é o de contestar e combater atos de violência, como enfatiza Chauí (2000): qualquer ato agressivo que seja cometido contra outro ser, o desumaniza pelo fato de retirar do ser ofendido a autonomia que lhe compete, resumindo o a uma coisa qualquer. A educação busca exatamente o oposto, que é dar-lhes autonomia, tornando-os atores no meio que atuam, sendo humanizados constantemente durante o processo de formação, que é permanente.

Na condição de formadores de opiniões, Cortella (2015, p.20) chama a atenção para a necessidade de formação continuada dos professores, orienta que apenas é possível formar alguém aquele que sabe que não está pronto e acabado. Assim, é necessária a humildade por parte do professor, em dar-se conta de que não é perfeito, pois a palavra perfeito, em latim, significa “feito por completo”. Aquele educador que se considera perfeito estaria acabado, não haveria mais o que fazer ou melhorar. Isso significa negar o pertencimento à raça humana, considerando que somos seres em constante construção, por isso nunca completos, sempre devemos buscar a formação. Reconhecer isso é ter humildade, significa estar disposto a crescer, contribuindo com a educação ética cidadã própria e daquelas os quais se media o aprendizado, também pelo exemplo.

Legalmente, no Brasil, a formação para a cidadania é um dos preceitos da educação nacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, seguindo o que

determina a Constituição, em seu artigo 2º, define os seguintes termos: A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, *seu preparo para o exercício da cidadania* e sua qualificação para o trabalho. Devido à abrangência da responsabilidade sobre a educação formal por parte da escola, cabe aos profissionais da educação, oportunizar um ambiente que favoreça uma visão emancipatória e crítica do saber, permitindo a ampliação e consolidação da cidadania enviesada pela ética de todos os sujeitos que a vivenciam.

Inadmissível é pensar que não há possibilidade de termos uma sociedade ética, na qual saibamos falar e, além disso, agir eticamente no grupo em que estamos inseridos. Essa realidade frágil que vivemos foi construída por nós mesmos, assim, deve também por nossa ação ser reinventada, pelo bom senso ético, de modo que contemple a todos, começando ao nosso redor.

Madre Teresa de Calcutá dizia que é muito mais difícil amar ao próximo. Acreditamos que seja um pensamento forte e real nos dias de hoje, quando pensamos em catástrofes ambientais, que arrasaram cidades inteiras, isso nos comove ou quando ouvimos sobre atentados terroristas em países distantes. Comovemo-nos, muitas vezes, pela própria comodidade, mas não buscamos fazer algo para agir em auxílio, e a justificativa é a de que estão longe do nosso alcance. Mas e os que estão por perto? Por que não nos mobilizamos? Por que nos omitimos a pensar as problemáticas que nos rodeiam e nos afetam direta ou indiretamente?

O ambiente escolar deve proporcionar estímulos à preocupação com o todo, porque eu faço parte dele, o componho e nós educadores temos esta digna missão de conduzir ao entendimento da coletividade e ensinar assentados nessa premissa. Segundo Cortella (2015, p.13), “[...] não basta fazer bem. É preciso incluir a ideia de fazer o bem”. Cabe ao educador ser um profissional que leccione bem conteúdos científico-acadêmicos, porém sempre exaltando a utilidade dos mesmos para o bem da sociedade. A mudança das injustiças sociais ocorre a partir de nossos atos conscientes, que permitem a todos os sujeitos serem agentes da mudança que esperamos ver em nossa sociedade.

Ciclo de formação humana em Mato Grosso

Pensando em todo o contexto apresentado, após muitas discussões, organizou-se no estado de Mato Grosso, a partir da LDB nº 9394/96 (posteriormente temos o contexto da

aprovação da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006³), como política de estado com foco no desenvolvimento humano: o Ciclo de Formação Humana, em caráter experimental. O Ciclo foi implantado, efetivamente, no ano de 1998. Nesse novo modelo, agora implantado, deve-se valorizar o desenvolvimento humano, considerando cada criança como ser único, e dotado de capacidades inerentes, que se difere em forma, velocidade e capacidade de aprendizagem, respeitando o tempo de cada indivíduo, porém, cumprindo os direitos de aprendizagem que correspondem a cada ano/ciclo.

O que mudou com esse esquema foi a forma de organização do sistema educacional, no qual a criança ingressava obrigatoriamente aos 6 anos (no sistema anterior, obrigatoriamente a matrícula deveria ser feita aos 7 anos), e os ciclos se organizam pelo desenvolvimento da seguinte maneira: 1º ciclo (6 a 8 anos de idade); 2º ciclo engloba a pré-adolescência (9 a 11 anos) e o 3º ciclo abrange a adolescência (12 a 14 anos), completando desse modo os 9 anos inseridos no Ensino Fundamental.

A proposta é realmente boa, como afirma Mainardes (2007), porém não houve formação adequada para os profissionais da educação atuarem de forma eficaz, mudando a forma de mediar as informações no ambiente escolar. Houve uma grande formação iniciada no Estado de Mato Grosso no ano de 2012, ofertada aos professores alfabetizadores atuantes no 1º ciclo de alfabetização, chamado de PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), direcionado apenas aos professores regentes do 1º ciclo de alfabetização. Sabendo que o quadro de interino nas escolas é grande, nem sempre o mesmo professor que foi capacitado no decorrer de um ano letivo, continuará atuar no 1º ciclo no ano seguinte.

Isso traz inúmeras consequências, pois, todos os professores necessitam de formação, levando em conta que todos atuam no ciclo de formação humana, porém, com a capacitação do PNAIC é contemplada a minoria dos docentes e os que recebem e não continuam na alfabetização não compreendem a avaliação, pois interrompem o estudo. Aliado a isso, muitos profissionais não praticam a autoformação e não se abrem para pensar o uso da avaliação no contexto escolar, ainda mantém a ideia de que a reprovação anual (e não apenas ao final dos ciclos) é um instrumento de poder, o que torna o convívio bem conflituoso e ameaçador entre professor e aluno.

Vasconcellos (1998, p.114) adequadamente afirma que: “antes de acabar com a reprovação na legislação, é preciso acabar com ela na cabeça dos educadores”. Tal afirmação leva-nos a pensar mudanças nos sujeitos que conduzem e mediam o aprendizado na escola.

3 - Dispõe sobre a duração de 9 anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade.

É necessário ampliar a visão sobre verificar o desempenho dos alunos focados em conteúdos estritamente científicos, partindo para uma concepção que respeite, de fato, a formação do ciclo humano, que parte do princípio de que cada qual tem o seu tempo de aprendizagem e de que ele não necessariamente se dará em um ano letivo especificamente.

Segundo Fernandes e Freitas (2008), a avaliação também inclui o ato político. Cabe ao professor atuar de forma ética, respeitando o coletivo, o que é mencionado no Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino mato-grossenses, para que exerça seu papel social. Atuar de forma ética no caso do ciclo de formação humana significa reconhecer que os alunos são diferentes e que os seus tempos de aprendizagem de determinados conteúdos ou conceitos também o serão. Ou seja, não adianta haver uma instituição legal, se não houver ética em olhar para os alunos como seres em crescimento, em evolução, como pessoas que se formam em ciclos e não seguindo um calendário anual rígido.

A mudança de sistema no âmbito das políticas educacionais de nada adiantará, caso não haja uma apropriação, por parte dos professores, sobre as novas formas de conduzir a avaliação do desempenho dos alunos, estando abertos a conduzir o processo de ensino-aprendizagem por meio de uma relação saudável com aluno. Assim, poderemos evoluir na cultura avaliativa na escola, deixando de ter um caráter excludente, meramente classificatório, conceituado apenas pela reprovação ou aprovação.

O cenário da educação atual clama pela ética cidadã, por meio da qual promoveremos um processo educacional inclusivo, à medida que estivermos engajados na promoção de sujeitos interativos, éticos e que se comprometam a serem agentes inclusivos.

Cidadania e política: questões éticas educacionais

O momento vulnerável no qual vivemos, em que a nação é vista como corrupta e constantemente desmoralizada, agravado pelo fato de muitos serem corrompidos a serem iguais pela ausência de estímulo ao pensar de forma crítica, não há espaço para posicionar-se para a mudança voltada para o bem comum. É inegável a ânsia de aprimorar as instituições políticas, que têm por função ética extinguir o privilégio de poucos e a carência de muitos, instaurando o direito para todos a boas condições de vida (com o mínimo necessário).

A própria Declaração dos Direitos Humanos, que foi adotada e proclamada em assembleia geral das Nações Unidas, no dia 10 de dezembro de 1948, afirma a necessidade de igualdade. O documento foi elaborado para que todas as nações divulgassem, lessem, explicassem, principalmente em escolas e quaisquer instituições educacionais. Em seu artigo

I a Declaração institui que: “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.” Apesar de a redação ser boa, não se observa a igualdade de dignidade para a maioria da população, que fica alheia a esses direitos que lhes são subjetivos. Muitas pessoas, inclusive, nem conhecem esses direitos, pois, as instituições educacionais que deveriam refletir sobre isso em seus espaços, não o fazem, ficando a mercê de momentos esporádicos de rodas de conversas.

Nota-se o desejo coletivo de mudar de muitas pessoas, que ajudam a construir a História, como Freire (2000, p.79) afirma: “Não sou apenas objeto da História, mas sou sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura e da política constato não para me adaptar, mas para mudar”. Isso significa que não podemos ajustar-nos a essa situação moldada por nós mesmos e que não está proporcionando melhoras ao todo, de modo que devemos mudar tal circunstância.

A escola tem papel fundamental na promoção de debates sobre política, não uma política partidária, mas a política que proporciona uma cidadania preocupada em zelar da vida coletiva e em sociedade. Morin (2001) enfatiza que nós indivíduos geramos a sociedade e que a mesma também nos produz. Temos, pois, que livrar-nos urgentemente da herança escravocrata que nos acorrenta no pensamento da indiferença ao sofrimento alheio, agindo como se fosse normal conviver com a injustiça, a fome, a miséria e tantos outros males que coexistem com a supressão do direito da maioria.

A indiferença, provavelmente, esteja agora aumentando de maneira muito acelerada, tão acelerada que nos parece impossível desacelerar. Socializar o conhecimento não caracteriza lançar mão de tudo que se construiu, pois, o sujeito que é instruído para o bem, pode até perder a ingenuidade, mas adquire a responsabilidade de utilizar seu conhecimento em prol dos que mais necessitam, como afirma Demo (2000), quando menciona a “política social do conhecimento”, na qual, a educação, não combate somente a pobreza material, mas sim a pobreza política, tanto por lidar de forma efetiva com a emancipação, como por buscar mudanças econômicas fundamentais, visto que o conhecimento se apresenta como fator mais produtivo e decisivo.

Enquanto houver fome, ninguém será livre da fome ou de qualquer outro tipo de injustiça, pois durante a existência dessas problemáticas, a sociedade será afetada diretamente, porque fazemos parte desse mesmo processo social, atitudes devem partir de todos. Segundo Cortella (2015, p.11), “[...] minha liberdade não acaba quando começa a do outro. Minha liberdade acaba, quando acaba a do outro”. De nada adianta ser livre para ir e vir, mas não ter acesso a uma educação de qualidade, que fica a cargo da pequena minoria que oprime e faz a maioria

pensar que é livre sem ter a liberdade a dignidade.

O conhecimento, se usado de forma autocrática, tem poder, não apenas o conhecimento técnico, que por vezes tenta sobrepor-se à razão humana, mas também o uso que se faz dele, como a tese da politicidade da tecnologia (SIEBENEICHLER, 1989), na qual a utilização da tecnologia se faz distinta, porém quando usado persistentemente para um determinado fim, esses mesmos fins passam a compor. Mesmo levando o acesso à tecnologia para a classe dos menos favorecidos, eles permanecerão à margem do sistema, o que os desfavorece ainda mais, tendo o conhecimento, o poder que não potencializa uma sociedade e sim marginaliza uma maioria para a exaltação econômica do topo da pirâmide.

Na perspectiva da estruturação de um ambiente educacional ético, o conhecimento leva à educação voltada para a autonomia, emancipação, pressupondo que o desfavorecido se torne sujeito de sua própria história, como Freire (1997) acreditava ser necessário. O marginalizado necessita ter acesso ao conhecimento, entra aqui o papel supremo do docente, orquestrando de forma sábia, para não soterrar os alunos com currículos esvaziados de sentido ou esquemas políticos e sim instruir ao saber pensar, aprender a aprender, formando sujeitos com autonomia.

Dentro do ambiente escolar, como se apresenta no currículo como tema transversal, a questão política deve ser abordada com seriedade, levando os discentes a refletirem sobre as práticas que comumente presenciam como elas os afetam. Devem ser conduzidos a problematizar também suas próprias práticas para poderem melhorar-se e serem no futuro autoridades competentes e responsáveis pela liberdade efetiva da sociedade que governam. Morin (2001) reconhece tal necessidade e salienta que o processo da ética sobre sua própria conduta deve ser iniciada nos anos fundamentais, desde o início da escolarização. Teríamos a oportunidade de aprofundar no conceito de democracia que queremos, na qual o conhecimento e as competências possam ser compartilhados, a fim de melhorar o ambiente para todos, perpassado pelo sentimento de integração da sociedade que nos une, congregando essa “comunidade”.

Para articular a formação de cidadãos éticos e políticos são necessárias grandes mudanças, desde os recursos didáticos utilizados, tempo hábil para o planejamento de suas ações, até uma formação docente com enfoque na formação do verdadeiro cidadão ético, tornando a formação pessoal e profissional uma constante (MARQUES, 1995), pois, de nada adianta pregar um lindo discurso e a própria escola incentivar rivalidades e competições desenfreadas, com face autoritária e desigualdade, em um ambiente no qual a qualidade fica pautada pelo poder. Seria interessante até mesmo a reorganização das disciplinas, por meio de uma “renovação

pedagógica” (VARELA, 1994, p.96), que assemelhe a ética do real da ética do ideal.

A viabilidade de agirmos para que nossa sociedade se renove em valores é eminente e se torna inadiável disseminar o amor pelo conhecimento e pelo próximo, assim, formaremos cidadãos críticos e reflexivos, que se contraponham a imposições que divirjam do bem comum, para, de fato alegrarmo-nos, em um futuro breve, por ver acontecer à igualdade em dignidade e direitos.

Alteridade professor/aluno: da indiferença ao entendimento das diferenças

Pensar em qualidade na educação é uma tarefa árdua, em uma sociedade cada vez mais desigual em que se observa individualismo exacerbado, a indiferença e a banalização de condutas sociais que, inclusive, estão constantemente sendo reforçados pela mídia.

Faz-se necessário pensar-nos como criaturas sociais, que precisam da vivência conjunta, para o bem da maioria. A própria perpetuação da espécie depende da união, se olharmos no todo, dividimos a mesma “casa comum”, segundo Levinas (1997, p. 29): “A relação com Outrem, portanto, não é ontologia. Este vínculo com Outrem que não se reduz à representação de Outrem, mas à invocação, e onde a invocação não é precedida de compreensão [...]”. Tal relação é apresentada como primordial, respeitando e resguardando outrem, como seres únicos.

A pedagogia Levinasiana questiona a dominação, na tentativa de apropriar-se do outro, saindo da indiferença para entender as diferenças. De acordo com o autor:

[...] exige a mediação, o recurso aos Neutros. Para compreender o não-eu, é preciso encontrar um acesso através de uma entidade, através de uma essência abstrata que é e não é. Aí se dissolve a alteridade do Outro. O ser estranho, em vez de se manter na inexpugnável fortaleza da sua singularidade, em vez de fazer face – torna-se tema e objeto. Coloca-se já sob um conceito ou dissolve-se em relações. Cai na rede de ideias a priori, que emprego para captá-lo (LEVINAS, 1999, p. 204).

O ensinamento Levinasiano aponta para a educação tradicional, como utilização de conceito universal, o que desrespeita a singularidade, inevitavelmente construindo um totalitarismo. Nesse modelo de educação, o professor transmite conhecimentos, o aluno assume um papel passivo, saindo de sua alteridade, fazendo parte de um grupo homogêneo, de modo que não lhe resta opção a não ser a de seguir o sistema.

Faz-se necessário um esvaziamento do eu egoísta para adentrar a educação ética e, assim, é importante que, no processo de ensino-aprendizagem, parta-se de áreas de interesse do aluno,

pois, o mesmo não se atrai por conteúdos que não têm significado *a priori*, primeiramente lhe chama a atenção conteúdos e problemáticas que são vivenciados, dando condições para que ele questione a sua posição no mundo e busca soluções para resolvê-lo.

O educando não vê o tempo, na temporalidade que nos constitui e que o século XX tão bem ressalta, o escândalo do pensamento racional, mas a *condição* deste, numa atitude que lembra o próprio surgimento da filosofia, ou seja, o perguntar pelo sentido das questões. É possivelmente por isso que, para o educando sadiamente encorajado em suas inquietudes, cada dia tem o sentido de *novo* dia, nunca antes acontecido, exatamente porque o que está em jogo não é a transformação do mundo em um todo de inteligibilidade bem arquitetado, em uma totalidade onde cada coisa explica a outra, onde a causalidade racional é o movente universal de mundos que se reduplicam e reduzem as múltiplas faces da realidade. Para o educando – e, podemos adiantar, para cada expressão de racionalidade qualitativa deste nosso recém passado século XX, tão engravado em nossas carnes e em nossas consciências -, *saber não é poder, mas viver*, viver que não se reduz a idéia alguma de viver, ainda que às mais sofisticadas dentre elas, mas que irrompe em meio à complexidade da cultura com o ímpeto da vida nova (SOUZA, 2008, p. 33).

A forma de racionalizar a realidade deve ser relacional com as vivências e permitir o reconstruir-se e remontar-se. Essa busca pelas respostas que vão surgindo por necessidade do meio no qual os alunos estão inseridos move os aprendizes e deve ser conduzido com maestria pelo docente.

A relação professor e aluno tem que estar relacionada a uma racionalidade ética, tentando estabelecer lugar para todos os conteúdos e não apenas aqueles considerados como prestigiosos por serem os que circulam dentre determinado grupo social. O docente deve ter clareza que o ato de ensinar não conduz à mera transmissão de ensinamentos, mas possibilita ao aprendiz uma situação e lugar prazeroso ao aprendizado.

Não precisamos primeiramente, portanto, ensinar meros conteúdos, não é aí, ou em métodos, ou técnicas, ou mnemônicas, que está a questão, mas no *sentido* disso tudo; educar é – etimologicamente – des-idiotizar, ou seja, permitir que as questões centrais da realidade, das realidades, as questões filosóficas fundamentais, aflorem do interior de uma mera mônada pensante e que se desdobrem no *agir* que transforma *curiosidade* em relação com o mundo em *preservação* ética da Alteridade do outro, esteja ele onde estiver (SOUZA, 2008, p. 36).

Nesse contexto, a educação não pode ser vista como mercadoria, servindo a um sistema que não valoriza as diferenças e apenas espera ou cobra quantidades. Tampouco a relação professor e aluno deve ser distanciada, como se fossem coisas e não sujeitos. A educação deve

simbolizar um encontro ético entre indivíduos distintos capazes de aprender juntos, agregando valores. Nesse sentido, ela se coloca em respeito à alteridade, que é justamente o proposto pelo ciclo de formação humana implantado no Mato Grosso, por meio da possibilidade de uma formação pedagógica voltada ao crescimento humano.

Considerações finais

O papel da educação consiste em atuar favoravelmente na formação cognitiva humana, para que os alunos sejam capazes de transcender problemáticas, em busca de um futuro com mais dignidade, civilidade, racionalidade, entre outros. O processo educacional anseia a formação de cidadãos que exerçam a cidadania e mantenham a sua própria dignidade e a dos outros, por meio de um compromisso ético. Isso apenas será possível com a redefinição da atuação da educação, para que tenhamos no ambiente escolar a autonomia de criticar e o domínio de dialogar com profissionais que sejam exemplos éticos para os alunos, que, assim poderão construir-se efetivos cidadãos.

A formação dos profissionais da educação, para lidar de modo ético com essa realidade, não foi pensada na prática, apenas atuamos como fomos outrora instruídos. A orientação há algum tempo era a de que tínhamos o papel de sermos meros reprodutores de conteúdo, porém, devemos nos libertar da crise desse modelo e partir para um inclusivo, no qual a exclusão da grande maioria não seja necessária para a sustentação do topo da pirâmide (poucos privilegiados). Apenas poderemos lidar com essa situação, se for de maneira organizada e politizada, agregando valores éticos à sociedade.

Inseridos na sociedade do conhecimento, podemos afirmar que a maior discriminação está no desrespeito ao acesso ao conhecimento. Com relação aos profissionais, basta partir do princípio de que nunca se sabe tudo, é necessário estudar sempre mais, para ter acompanhado as mudanças no conhecimento e sociais.

Vemos instituições desfavorecidas em recursos e formação docente, frequentadas por um público oprimido, que estão sujeitas a reformas que preveem um encurtamento de disciplinas importantes voltadas à reflexão, encurtando cada vez mais o que nos é de mais importante: o conhecimento crítico. A minoria que pode fazer os melhores cursos, que tendem ser mais longos e contínuos, para acompanhar toda e qualquer evolução.

A politicidade do conhecimento teria por finalidade, resolver e amenizar muitos problemas da sociedade, oportunizando a prática de tantos direitos e deveres que teoricamente

são conhecidos, mas é usado para agravá-los, afim de regular a autonomia recebida pela maioria, mantendo-os na manutenção de privilégios da minoria.

Contudo, não nos cansamos de lutar por uma educação igualitária, ainda que muitos digam que é utopia, se é utópico, é isso que nos mantem em pé, caminhando, na esperança de chegar a um destino diferente para nossa sociedade. O diálogo seguido de exemplos se estabelece como ponto de partida para resgatar a igualdade e garantia de direitos a todos, em que cada indivíduo ao conhecer-se, posicione-se na luta de sua própria libertação e, conseqüentemente, auxilie na libertação do próximo, conduzindo a uma sociedade mais sólida e justa, com estabilidade de valores éticos dos quais não abrimos mão.

Referências

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 38 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CHAUÍ, M. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: 2000.

CORTELLA, M. S. **Educação, convivência e ética: audácia e esperança!**/ Mario Sergio Cortella. - São Paulo: Cortez, 2015.

DEMO, P. 2000. **Metodologia do Conhecimento Científico**. Atlas, São Paulo.

FERNANDES C. de O; FREITAS, L. C. **Indagações sobre o currículo: Currículo e Avaliação**. Brasília: MEC, 2008. 44p.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 24ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2000.

LEVINAS, E. **Entre nós: ensaio sobre a alteridade** (1991). Trad. Pergentino S. Pivao. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARQUES, M. O. Por uma Pedagogia da Educação Popular: In: **Contexto & Educação** – Revista de Educación en América Latina y el Caribe. Ijuí: Ed. Unijuí, vol. 9(37); jan-mar/1995, p.69-81.

MORIN, Edgar: ética, cultura e educação / Alfredo Pena-Veja, Cleide R. S. de Almeida, Izabel Petraglia (orgs.). – São Paulo: Cortez, 2001.

PEDRO, A. P. Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambigüidades em torno de um conceito comum. **Kriterion**, Belo Horizonte, nº 130, dez./2014, p. 483-498.

SIEBENEICHLER, F. B. **Jurgen Habermas – Razão comunicativa e emancipação**. Tempo Brasileiro, Rio de

Janeiro, 1989.

SOUZA, R. T. Por uma pedagogia da alteridade: repensando a educação com Levinas. p. 29-40. In: *Ética, educação e direitos humanos: estudos em Emmanuel Levinas*. Paulo César Carbonari, José André da Costa e Giovana Dalmas (Orgs.). Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008.

UNESCO. **Declaração universal dos direitos humanos**. Rio de Janeiro, UNIC: 2009.

VARELA, J. O Estatuto do Saber Pedagógico. In: **O Sujeito da Educação: estudos foucaultianos**. Tomaz Tadeu da Silva (Org.). Petrópolis: Vozes, 1994:87-96.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação: concepção dialético-libertadora**. São Paulo, SP: Libertatd, 13ª ed., 2001.